

O pensar da identidade e a identidade do pensar

The thought of identity and the identity of thought

Rafael Estrela Canto
Doutorando do PPGF-UFRJ/Bolsista CAPES

Resumo: O tema do artigo é a evidência do princípio de identidade, incluindo o seu papel na formação de uma “imagem” do que sejam o pensar e o pensado correlato. Ele é, na verdade, um composto de reflexões sobre o tema, sem propriamente nenhuma conclusão.

Palavras-chave: Identidade; Elaborar; Razão.

Abstract: The paper is about the evidence of the principle of identity, including its role in the development of some “image” of what is thought and what is under this thought. It is actually a composition from reflections about the subject without any conclusion.

Keywords: Identity; To Elaborate; Reason.

§1. O que é o pensar? Descartes chega ao ser pensante através do pensar que se põe na busca de uma certeza. Esta certeza se expressa pela premissa “eu penso”, que traz analiticamente consigo a premissa “eu sou”. Tais premissas, juntamente com certas noções inatas postas na alma diretamente por Deus, compõem os princípios do pensar racional. Como estes princípios são primeiros, isto é, são os mais simples que a razão pode descobrir e a partir dos quais todo pensar racional se desenvolve, eles nos situam no cerne da razão. Entendo por cerne a essência da razão, aquilo que ela é. Os princípios primeiros do pensar são, em sentido lógico, a condição fundamental do discurso racional, mas, em sentido ontológico, eles *são* a própria razão (o eu pensante). O pensamento é o atributo do eu substancial, e, por isso, determina que o eu é essencialmente racional. E como este atributo se expressa por seus princípios primeiros, as noções inatas, que estão todas contidas naquela mais fundamental, o “eu penso”, estes princípios constituem o ser da razão. O ontológico e o lógico coincidem: o que no primeiro é atributo, no segundo é premissa.

§2. Algo semelhante encontra-se em Kant. Dos conceitos puros do entendimento, os conceitos cuja natureza é inteiramente

inteligível por ter sua origem no próprio entendimento, derivam-se princípios também puros a partir dos quais todo o ser da experiência se realiza. Que este seja fenômeno, de nada importa, pois o que Kant quer mostrar com isso é a natureza da forma de todo objeto dos sentidos. A natureza dessa forma é a própria natureza dos objetos, na medida em que eles estão submetidos ao pensar racional. A própria ordem da natureza se deve a uma razão operante nela, às leis que a governam. A forma destas leis são os princípios puros do entendimento; portanto, toda a natureza, enquanto *objeto de conhecimento*, está submetida ao pensar racional. O ser sensível da matéria de nada atrapalha, pois ela não deixa de ser inteiramente conforme à forma racional, no que diz respeito a sua cognoscibilidade. Tal submissão atende aos interesses do pensar teórico, que tem por finalidade o conhecer. Deste ponto de vista, o tão polêmico “em si” representa o pensar separado do ser no qual se realiza, o ser da experiência, o objeto. Kant reduz o ser do pensar ao fenômeno; o próprio eu, quanto à sua existência, é apenas empírico. O ontológico, o ser da experiência, é idêntico ao lógico, a razão transcendental, quanto à forma da inteligibilidade em geral. Esta forma determina a possibilidade de a matéria sensível ser pensada por conceitos, isto é, de possuir ela mesma determinações inteligíveis ou racionais.

§3. O que há em comum entre os dois ilustres pensadores? Para eles, o pensar racional é o que é pela posse de princípios primeiros, os quais têm o seu valor por serem correlatos de princípios ontológicos. Para eles, a existência de princípios primeiros é necessária. A meu ver, tal necessidade se justifica porque uma premissa guia seus raciocínios, que é: “se o ser é, ele é um, se é um, é inteligível por si mesmo”. Explico-me. Como dizia Parmênides, o ser não pode não ser, senão seria outro. O ser, portanto, é idêntico a si mesmo. Logo, a identidade ou unidade absoluta do ser é condição de tudo que é. O que é a identidade? É a regra de determinação do que o ser é, e que exclui o outro do ser, a sua negação. Esta regra é a essência do ser, isto é, ele mesmo enquanto separado daquilo que ele não é. Conclui-se que, se há o interesse de conhecer o ser, o pensar deve ter como essência do seu próprio ser a mesma regra enquanto princípio lógico de elaboração do discurso. Isto responde ao “o” da pergunta: o que é o pensar? “O” pensar é um ser que somente é porque é idêntico a si mesmo, e, enquanto ser, possui em si a mesma regra de

determinação de tudo aquilo que é. Daí a necessidade por parte de Descartes e Kant em encontrar certezas primeiras, sejam elas evidentes por uma intuição ou por uma dedução transcendental. Pensar o ser é pôr-se de acordo com ele. A correspondência entre as premissas primeiras e o ser do objeto pensado é uma verdadeira *identificação* do lógico — o pensar — e o ontológico — o ser.

§4. Pensar, por conseguinte, é elaborar um discurso a partir de premissas; pensar verdadeiramente é conduzir a elaboração a partir de princípios que expressam a essência do ser, e que, por isso, *são* a lógica ou razão do ser ele mesmo. Mas o pensar, mesmo o mais ordinário e obscuro, é ele mesmo um ir de premissas a conseqüências. Este movimento de passagem de premissas a conseqüências caracteriza a elaboração racional. Como toda elaboração, necessita de regras. As regras do pensar verdadeiro são o que determina a identidade do ser do pensar. O pensar falso é uma negação do ser, negação apenas aparente, pois o que nega o ser não pode ser também. A lógica do ser, em nós, humanos, é limitada, pois nem tudo em nós é pleno ser. A matéria, o corpo, no tocante ao seu perecer, ao seu deixar de ser, nega a identidade com que o ser lhe batizou, identidade esta que se mostra pelas leis da matéria ou da natureza. O ser das coisas é a sua identidade, e o não ser é o não idêntico excluído pela regra que é a razão de sua unidade. O pensar verdadeiro, portanto, não é essencialmente diferente do pensar ordinário, pois o pensar, enquanto é, ou seja, em toda e qualquer elaboração, se realiza segundo a mesma lógica do ser. É por isso que para Kant a filosofia não se afasta do senso comum, mas está inteiramente de acordo com este, pois a tarefa da filosofia é a de expor o ser do pensar. Filosofia como reflexão transcendental, como apresentação das regras do pensar em geral, em conseqüência, da lógica do ser das coisas.

§5. Mas que lógica é essa? A que diz ser todo pensar o ir de premissas a conseqüências, cuja finalidade é descobrir a identidade daquilo de que se pensa. Gostaria, então, de resumir o significado do pensar da seguinte maneira: pensar consiste em elaborar e identificar. Elaborar é o mesmo que discursar (lembramos Kant: os conceitos são representações discursivas). Esta lógica não é nada nova. Assim como esta caracterização da tarefa da filosofia, ela obedece à velha receita do mestre Aristóteles: “quem possui o conhecimento dos seres

enquanto seres deve poder dizer quais são os princípios mais seguros de todos os seres. Este é o filósofo”. Em seguida, o Estagirita diz qual é este princípio, “aquele sobre o qual é impossível errar”: “é impossível que a mesma coisa, ao mesmo tempo, pertença e não pertença a uma mesma coisa, segundo o mesmo aspecto”. Do qual ele conclui: “portanto, todos os que demonstram alguma coisa remetem-se a essa noção última porque, por sua natureza, constitui o princípio de todos os outros axiomas”. Para o Grande Metafísico, os axiomas matemáticos são princípios do ser: “e todos se servem desses axiomas, porque eles são próprios do ser enquanto ser”, e, por isso, pertencem “à ciência do filósofo, apenas na medida em que este investiga a demonstração (posterior à indagação) da verdade destes, e esta é a tarefa do filósofo” (Metafísica, Livro 3, 1005a, 1005b).

§6. Ora, os axiomas matemáticos não são demonstráveis senão por refutação, ou seja, sua existência é afirmada pela necessidade de sua existência. É tarefa do filósofo evidenciar essa necessidade. Como ele a evidencia? Pela identidade do ser. Os axiomas são princípios do ser que têm por fundamento o princípio da identidade do ser (ou o ser ele mesmo). Deste modo, o princípio de identidade é o princípio metafísico de todo o ser da *physys*. E também do ser do pensar: tanto do pensar que se debruça sobre o ser ele mesmo, quanto do que se debruça sobre o ser das coisas, inclusive sobre seu próprio ser. Para Descartes, o eu tem a certeza que existe toda ou a cada vez que pensa sobre si mesmo enquanto ser pensante. Esta certeza, diz ele, é imediata e não precisa ser demonstrada por nenhum silogismo. Isto só é possível porque o filósofo meditador acredita que o princípio de identidade é inerente à natureza da razão ou à essência do eu pensante. Quando o eu pensa “eu sei que existo no momento em que penso que penso”, sua existência não pode ser contradita *naquele momento*, e isto se explica pelo *fato* de que o ser não pode ser e não ser *ao mesmo tempo*. Descartes é filósofo porque consegue encontrar um princípio seguro do pensar e do ser, inclusive da ciência do ser dos corpos.

§7. Quanto a Kant, ao que tudo parece indicar, ele é tão cartesiano quanto Descartes foi aristotélico. Apesar de o princípio de identidade para o pensador alemão não poder conter em si nenhuma referência ao tempo, pois ele é o princípio analítico supremo do pensar

em geral, e se contivesse o tempo seria sintético, em importância a este princípio ele nada difere dos demais. É certo que tão-somente em posse deste princípio o sujeito nada conheceria de modo determinado (daí ser ele analítico), pois o que ele representa é unicamente a forma do pensar lógico em geral. Mas este “unicamente” quer dizer muita coisa. Quer dizer que todos os princípios sintéticos dos seres da experiência obedecem a ele, assim como todo princípio empírico, e mais, todo mero conceito que possamos criar por mera comparação. Nem os esquemas da imaginação escapam a ele. Para Kant, a identidade diz respeito apenas à forma inteligível das coisas, e, por conta disso, não pode ter na formulação do seu princípio nenhuma referência ao tempo, porque, para ele, os conceitos, os princípios e as leis da natureza estão para além do tempo, o qual, enquanto duração determinada, também depende para a sua constituição daquelas formas primeiras.

§8. Mas, repito, não nos deixemos enganar por essas diferenças superficiais, a identidade como regra do ser está na Crítica da Razão Pura tão presente quanto nas Meditações e na Metafísica. Para o nosso trio de filósofos todo o pensar racional iria por água abaixo, assim como o ser se ocultaria à razão — ou, parafraseando um filósofo mais recente, a Natureza fecharia seus olhos —, sem aqueles primeiros princípios que garantem a identidade do ser e do pensar. Sem eles, em suas expressões lógica e ontológica, o animal racional seria como uma vítima nas garras de um *daimon* maligno, que, em vez de restringir corretamente a razão como o bom educador que repreende o aluno rebelde, a empurraria para as trevas do eterno engano. A danação eterna seria o elaborar infinito que nunca chegaria às suas premissas primeiras, ou que das quais nunca teria partido. Como estaria perdida a razão sem o princípio de identidade! O que seria do ser sem ele! O *daimon* maligno é como a serpente que oferece ao homem a maçã da dúvida. Depois de provar desta, surge a questão terrível, “será o pensar autofágico?”. A sua única ferramenta de sua sobrevivência, a razão, o animal racional descobre que pode não valer de nada, pois seus silogismos não passariam de um brinquedo sofisticado, de um jogo cujas regras são completamente arbitrárias. E, como todo jogo, sua existência depende dele ser jogado, não há uso dessas regras para fora dele. A soberania do pensar estaria ameaçada, por justamente descobrir que ela tem como origem ele mesmo, que a

criou e a alimentou com carinho, a ponto de encontrar nela sua razão de ser e de lhe dar uma existência própria, separada, e até mais originária: a de razão do ser, e pôr-se em seguida no papel de coadjuvante, tal como as mães que dão metade do seu ser, a parte mais importante, ao filho querido.

§9. Será isso verdade mesmo? E, caso seja, será motivo de desespero? Tais imagens terríficas realmente procedem? É o que nos faz pensar a definição aristotélica de homem, a de ser um animal racional. Acredita-se que é da natureza do homem e o que há de mais essencial a este o pensar racional, o elaborar através de regras de identificação. E também quando Kant diz que há interesses supremos da razão, e que todas as nossas faculdades, antes de mais anda, são faculdades *de conhecimento*. Quanto a Descartes, basta imaginar o pobre coitado nu ao pé da lareira sem conseguir sair da etapa da dúvida. Todos eles têm para si, cada um a sua maneira, o princípio de identidade como evidente, e sempre ele se justifica pela sua necessidade, seja para o conhecimento da natureza, seja para a existência daquele mesmo que pensa ou para a demarcação do território racional. Em suma: para a determinação do ser do pensar e da lógica do ser.

§10. Da necessidade do princípio de identidade vamos à necessidade do ser. O ser necessário é aquele que não muda, o substrato em torno do qual giram as possibilidades. Este substrato é idêntico a si mesmo, porquanto simples e indivisível. Esta identidade do ser das coisas é o ponto de apoio para a existência ordenada da realidade, ordenação que segue os mesmos parâmetros formais da elaboração racional. O pensar autofágico põe em risco muito mais que as elaborações do ser pensante, ele retira a identidade do ser do mundo, do próprio mundo enquanto realidade na qual o ser pensante existe. Mesmo a identidade histórica do eu individual passa pela identificação de acontecimentos históricos responsáveis pelo que é este eu “hoje”. O “identificar aquilo”, o “situar onde” são marcas do elaborar racional, que busca através de relações de causa e efeito, de analogias e de hierarquias de valor e de gênero e espécie dar conta de uma multiplicidade de ocorrências pelo que nela há de comum, de mesmo, de idêntico. Retirada a possibilidade de nas próprias coisas

esta elaboração alcançar êxito, o ser pensante fica exilado em si mesmo, recluso na companhia apenas de suas quimeras.

§11. Mas, se considerarmos que o próprio princípio de identidade pressupõe uma elaboração, não haverá comprometimento necessário do pensar com a identidade e nem com o ser, porque assim ele não será compreendido como evidente e nem como forma do pensar em geral. Resta então questionar a presença do princípio de identidade na elaboração do pensar racional, como determinante para a possibilidade do ser deste. Neste caso, julgo conveniente lembrar aquele procedimento platônico de perguntar se é possível querer buscar algo se não soubermos previamente de algum modo o que queremos buscar. Este procedimento gostaria de aplicar à própria busca racional pela identidade.

§12. Na Carta Sétima, Platão fala da importância da escrita, como meio para que o indivíduo possa guardar com maior exatidão e segurança a memória de suas elaborações. Retiro disto que a escrita acarreta, portanto, um alargamento temporal do pensar, pois através dela as elaborações racionais ganham a possibilidade de se desenvolver para muito além do mero presente em que se encontra o indivíduo pensante. Conseqüentemente, a realidade é redimensionada: o indivíduo passa do estreito domínio das percepções e considerações imediatas ao domínio do hipotético, do invisível e do distante. As complexas elaborações racionais, neste ponto de vista, são completamente dependentes do exercício da escrita, da transposição do real para um domínio de puras relações simbólicas forjadas pela atividade pensante, que, longe de existir em abstrato, tem seu devir na concretude da existência daquele que a realiza. Assim, buscar a identidade parece pressupor um processo de produção do elaborar abstrato, ou melhor, que se diz abstrato por julgar-se independente dos seus modos de realização concretos.

§13. Por conseguinte, seria completamente impossível a “evidência” do princípio de identidade sem que não tivesse havido antes um afastamento do domínio imediato e presente. Como este afastamento é dependente de atividades concretas, não parece haver nada de natural na identidade do pensar. Os longos raciocínios abstratos que o homem moderno é capaz de realizar parecem ser

devedores de um longo processo através do qual ao longo da história os homens foram se habituando a esse afastamento. Não há nada de natural na escrita, nem em qualquer obra ou técnica humanas. A evidência do princípio de identidade só é possível para alguém extremamente habituado às abstrações do pensar solitário, da escrita e da leitura. A própria noção de duração depende de algum método ou exercício de memória. Os relatos, histórias e mitos que passam de geração em geração entre pessoas de povos mais antigos produzem aos poucos a linha de um tempo que se desenvolve. A mim parece que a escrita, antes de tudo, é um método sofisticado de lembrar. Conseqüentemente, as elaborações abstratas racionais por pouco em suas origens deviam se distinguir de um relato, de um conjunto de lembranças ou agrupamento de elementos distantes entre si no domínio da percepção.

§14. De todo modo, o sentido do terror mencionado que a questão “será o pensar autofágico?” parece causar dependeria somente de um certo modo de existir que foi sendo produzido ao longo do tempo através do cultivo de hábitos ligados a exercícios e atividades concretos de realização individual no mundo. Para se encontrar ou não a identidade do ser e do pensar depende apenas de se pôr em vias de buscá-la, peregrinação esta que não parece se justificar por nenhuma determinação inata ou natural. Isto nos remete àquela compreensão mais ou menos comum entre os gregos e romanos antigos de filosofia como forma de vida e do pensar como exercício espiritual. Pensar como exercício, prática que transforma e desenvolve aquele que a realiza.

§15. Os cétricos antigos já há muito tempo punham em questão toda e qualquer evidência metafísica. Para eles, há somente uma única evidência, a o fenômeno. Sobre aquilo que aparece, tal como aparece, não se pode duvidar. Há um mundo compartilhado comumente pelos homens, do cotidiano e das práticas comuns, sem determinações para além dessas mesmas práticas e do sentido mais ou menos comum a todos que vivem juntos. O senso comum é de fato o domínio da opinião, pois sobre o que aparece ele se resigna a não conhecê-lo para além desse mesmo aparecer. Mas mesmo o homem comum pode, às vezes, dogmatizar e crer conhecer algumas essências, e é nisso que o filósofo cético se distingue deste, porque ele tem consciência do que implica a suspensão do seu juízo no que diz

respeito à essência das coisas. Para ele, a razão de suspender o juízo se deve a raciocínios (*tropos*) que mostram a impossibilidade de se conhecer qualquer evidência que não esteja ligada ao aparecer das coisas. Inclusive o princípio de identidade.

§16. Esse posicionamento cético é o motivo de os filósofos metafísicos, de uma maneira ou de outra, terem se preocupado tanto em refutar o ceticismo. Refutar o ceticismo é, ao mesmo tempo, demonstrar que existem princípios primeiros e evidentes. Mas será que o ceticismo pode guiar a uma “imagem” do pensar diferente daquela dogmática? Ou antes a mantém, embora lhe condene aos limites o aparecer? Creio que um cético não reprovaria a idéia kantiana de experiência, ao contrário, de algum modo ela parece extremamente de acordo com o pensamento cético. A evidência dos princípios do entendimento é simplesmente lógica, e o cético não nega o princípio de identidade, ele nega o aparecimento de uma coisa real que se mostre idêntica a si e em si mesma. Tal como Kant. Mas se um cético aceitasse os princípios e as categorias do entendimento como determinantes da forma de toda experiência, e conhecer objetos da experiência significa identificar e reconhecer o que eles são, mesmo que apenas enquanto fenômenos, não seria proceder da mesma maneira que o dogmático, no tocante ao modo de elaboração racional?

§17. Nem o cético nega a validade do princípio de identidade, e isto é fácil de observar. As aporias que levam à suspensão do juízo decorrem da impossibilidade de se afirmar e negar a mesma coisa sob o mesmo aspecto, afirmação e negação que são a tese e a antítese das aporias (tal como nas antinomias de Kant). Resta saber se o questionamento feito até aqui sobre a existência de evidências puramente racionais se situa em um plano para além da própria disputa dogmático \times cético. Pois há também uma outra possibilidade: na tentativa de ultrapassar uma compreensão do pensar restrita ou próxima ao senso comum (verdade por correspondência, conhecer é reconhecer, pensar é passar de premissas a premissas etc.), posso estar a, de um ponto de vista cético, dogmatizar. Da impossibilidade de se reconhecer identidades reais, tais como substâncias ou essências em sua significação clássica, não se infere que o pensar não opere segundo as regras da identidade. Kant percebera isso.

§18. Levando em consideração, no entanto, o conselho cético de nos atermos unicamente às evidências fenomênicas, exporei em seguida um esboço da origem da identidade, aproximando o nascimento da filosofia ao da matemática teórica. Se o pensar de fato é segundo elaborações concretas, a identidade não escapa a isso.

§19. Esboço de uma história da identidade

1. O Um é Uno e o Uno é Um. A descoberta do Um não é matemática, mas tem sua origem numa prática que anacrônica e retrospectivamente chamamos de matemática. O agricultor ou o agrimensor (por exemplo), ao dividirem a terra para diversos fins, decompunham a matéria empírica em partes. Estas partes não coincidiam com as coisas, pois seus limites passavam por cima de pedras, gramas, morros, casas etc. Essa nova divisão das coisas, que não correspondia à divisão entre as coisas imediatamente oferecida pelos sentidos, deu origem a um certo estranhamento quanto ao que é *uma* coisa. Surge a pergunta: o que faz de uma coisa *uma* coisa ou *esta* coisa e não *outra*? Esta pergunta levou a se pensar a diferenciação entre as coisas *como* uma coisa, isto é, como um algo a ser pensado. Esta atenção à diferenciação deu origem a duas ciências: à matemática e à filosofia.
2. O Um pela primeira vez pensado é a diferenciação entre as coisas. As decomposições do empírico geradas por diversas práticas deram origem às formas *geométricas* (= medidas da terra). Essas formas geométricas levaram a uma concepção menos imediata do “uma coisa”, embora ela deixasse se mostrar de modo tão evidente quanto o fato de uma pedra ser *uma* pedra. Qualquer forma geométrica é, na verdade, mais a representação dos limites das coisas do que das próprias coisas. Mas, quando se diz “representação dos limites das coisas”, não quero dizer nada de abstrato com isso, e a palavra “representação” nada tem a ver com seu sentido moderno (kantiano). Quero com isso dizer: enfatizar o “uma” de “uma coisa”, e não a própria coisa. O “uma” se refere aqui ao pensamento que busca responder a pergunta “originária”. Ele não nega a coisa, mas afirma-a de modo diferente, afirma a “pedra” não por ser “pedra”, mas por ser “uma pedra”, isto

é, naquilo que faz com que ela seja o que é e não uma outra coisa. Quando os pitagóricos diziam que tudo é número, queriam dizer que tudo o que as coisas são é o que as fazem serem “umas”, em duplo significado, por um lado, cada coisa é uma porque é um todo (todo aqui significa: é completamente limitada ou cercada por limites, como os terrenos quando divididos), e, por outro, porque se difere das demais que a tocam em seus limites. A geometria nasce, portanto, como valorização das atividades de decomposição da matéria em formas, até certo ponto, independentes daquelas divisões naturalmente apresentadas. O conceito de número é muito posterior, porque as quantidades numéricas até então não eram ainda apenas quantidades, eram *de fato* limites *das* coisas, pertenciam ao domínio da matéria, embora, com os pitagóricos, esse pertencimento ganhe uma outra ordem, o ontológico.

3. A filosofia também surge como pensamento sobre a diferenciação. Aparentemente muito mais ligada às atividades de divisão da terra, a matemática não é o único saber que se originou destas atividades. A filosofia, enquanto saber distinto da matemática, teve sua origem na mesma pergunta, no entanto, que deu origem à matemática, muito embora tenha quanto ao seu significado tomado outros rumos. Se a matemática e a filosofia se confundem em muitos momentos na história (não só entre os antigos, mas também entre os modernos), elas nunca foram completamente identificadas. É justamente nisto que elas diferem que se encontra a filosofia, ao mesmo tempo que, sem o cuidado devido, esta diferenciação possa levar ao submeter uma ao círculo da outra, movido talvez pela afeição mais por uma ou por outra. Cumpre então amá-las igualmente, não tanto pelas suas especificidades, mas pela pergunta que levaram a elas e que, ao contrário, por causa delas fomos levados a formulá-las.
4. O ponto pode ter sido, na verdade, um círculo que “diminuiu”. O círculo sempre representou a perfeição, e a esfera, o cosmos. Essa perfeição é a clareza dos limites. As pontas formadas pelas outras figuras geométricas não têm a continuidade infinita mas sempre a mesma do círculo, elas

lembram quebra, enquanto as dobras todas idênticas do círculo mostram uma uniformidade sem nenhuma aparência de defeito, o que é expresso matematicamente pela igual distância de cada ponto em relação ao centro. O círculo é a figura que provavelmente inspirou o pensamento do Um, ou talvez tenham mesmo surgidos juntos, como uma mesma coisa que em seguida se diferenciou. Essa mesma coisa seria a diferenciação ela mesma, os limites os seus “limitados naturais”. Enquanto o Um se manteve ligado ao círculo, ele se desenvolveu em geometria, e, enquanto se afastou do círculo e caminhou com as suas próprias pernas, deu origem à filosofia. Essa apresentação é bastante esquemática e, por isso, precária.

5. As formulações sobre o Um nos filósofos milesianos, em Heráclito e em Empédocles guardam maior distância em relação ao Um geométrico que outros filósofos como os pitagóricos, Parmênides, Zenão, Platão e Aristóteles. Quero com isso dizer que a filosofia se mostrou ora mais dependente das respostas ligadas à geometria e ora mais afastada. Essa dependência, entretanto, não é unilateral. Os próprios desenvolvimentos das técnicas de medida em geometria (cuja forma final na Grécia Antiga são os Elementos de Euclides) dependeram das reflexões filosóficas. O Um na geometria é talvez o mesmo Um de Parmênides e de Pitágoras, isto é, sua compreensão, seu significado, mesmo que este não seja alvo de discussão no campo propriamente matemático, que, aliás, não teria se desenvolvido senão através de um afastamento daquilo com que outrora se confundia, a filosofia. O fato de matemática e filosofia terem se entrelaçado de diferentes formas na Antiguidade aponta para sua origem comum, para uma relação dupla, ao mesmo tempo ambígua, identificada e diferenciada, com um mesmo questionamento, pelo efeito de um mesmo estranhamento.
6. O Um geométrico na filosofia é o princípio de identidade e a origem da clássica divisão entre sensível e inteligível. A perfeição do círculo é palpável. A esfera entre as mãos, o disco solar, a regularidade circular dos astros, a retina, círculo privilegiado dos sentidos, o um. Pelos sentidos se

insinua uma realidade perfeita, uma realidade totalmente circular, e, também dos sentidos, vêm essa evidência de perfeição. As formas geométricas evidenciam o modo como todas as coisas se decompõem e compõem, seus limites. Todas estas considerações servem para mostrar que a Unidade de uma coisa, seus limites, são os limites os quais Tudo possui. O Ser é seus próprios limites e nada é sem eles. A primeira formulação do princípio de identidade é justamente essa “O ser é; o não-ser não é”. Na mesma medida em que o Um geométrico evidencia *uma* realidade perfeita e limitada Toda ela, o conceito entra em cena. O conceito é o pensar a partir dos limites, ir dos limites à coisa, definir antes de conhecer. Simultaneamente, na mesma medida que a Idéia ganha seus contornos mais claros, a matemática ganha sua autenticidade aos poucos ao inventar suas próprias definições ou conceitos (axiomas, postulados) e sua própria dialética (demonstrações). (Lembrar que a definição de axioma e as demonstrações rigorosas clássicas desenvolveram-se em grande parte dentro da Academia de Platão.) Como fruto da separação entre a realidade perfeita das formas geométricas daquela de suas aplicações mais imediatas, está a separação entre mundo da razão e mundo dos sentidos, ou vice-versa, ou ambas separações desenvolveram-se juntas, influenciando-se reciprocamente. De modo que, o quatro (quadrado) torna-se conceito quando não é mais só o desenho na areia ou as linhas esticadas sobre o solo. Conserva-se até em nossa língua essa origem empírica da matemática: linha, quatro (quadrado, quadra), cinco (quina, daí quinze) etc.

7. O princípio de identidade é a Unidade do Ser, do conceito, das formas geométricas, dos axiomas, do *logos* e da evidência lógica em geral. O princípio de identidade é o Um em congruência com a perfeição do círculo. O desenvolvimento da geometria deve muito a essa evidente perfeição que tomou os olhos de alguns filósofos. A atenção para a diferenciação ela mesma levou alguns a concluir que a ausência de limites espaciais era inimaginável, dado que Tudo devia compor uma forma única. A unidade do Todo são os limites do Um estendidos pela imaginação para

além da superfície alcançada pela visão. Como não distinguiam até então o conceito do quadrado do próprio quadrado esticado entre as estacas, foram levados a crer que os limites geométricos são os limites da realidade em si. Logo, quando afetados pelo desconforto que isso devia causar, excluiu-se o que aparece aos sentidos da realidade em si, transformando-a em véu que escondia a verdadeira realidade das Unidades (formas) geométricas. Igualmente, toda e qualquer unidade devia estar fora do alcance dos sentidos: a Unidade do Todo, dos seres e do pensamento. Mais percebidos pela palavra, pelo discurso que pelos sentidos, as diferenciações ou limites do Um passaram a ser considerados como percebidos só pelo pensamento. A evidência então passa do plano dos sentidos para o plano das Idéias, do espírito.

8. A origem da evidência do princípio de identidade é os sentidos. Tal como hoje, quando a alguém pouco acostumado com as reflexões filosóficas ou pouco afeito às brincadeiras da imaginação se pergunta “como eu sei que este copo é um copo?”, a resposta também naquele tempo devia ser imediatamente esta: “ora, você não está vendo? Que pergunta!”. Ou ainda, quando a algum falante da língua portuguesa se pergunta, “o que é este sinal: ‘’”. Ele responderá: “ora, é óbvio que se trata de uma crase!”. Mas você diz a ele: “Não isso é um acento grave, eu estava me referindo à língua francesa”. Sem hábito de línguas estrangeiras, diria o brasileiro: “que estranho, no francês chamam a crase de acento grave?” ou ainda “é, mas pra mim é uma crase!”. Esses exemplos servem para mostrar a força com que a evidência dos sentidos causa em nós. A evidência da Unidade do Todo, da identidade desse todo que não é o que não é, mas apenas o que é, acredita-se ter sua origem na própria razão ou, para usar uma expressão bastante conveniente, se apresenta aos “olhos do espírito”. Analogamente, o pensamento *percebe* a unidade da Razão (indiferenciadamente do ser e do pensar), a identidade do Um, assim como sabemos quando vemos imediatamente que isto é um quadrado, um copo, uma pedra, um círculo. A analogia serviu por muito tempo como exemplo, mera

ilustração para se compreender essa evidência tão pouco imediata ou visível e que exige tanto *esforço* da Identidade. Como algo que é violentamente alcançado através de árduo trabalho de embotamento dos sentidos como o saber matemático e filosófico pode ser evidente ou até mais evidente do que este copo que eu estou vendo! A evidência lógica é evidentemente uma providência para se rever algo visto previamente. Trocadilhos à parte, esse algo visto previamente não é metáfora, é *visto*, no seu significado bem junto à letra. A importância da *visão* está intimamente ligada à importância do “evidente lógico”. A “visão” do pensar-Um é, na verdade, um rever uma forma anteriormente vista, forma esta à qual, com o conceito de número, veio a ser Uma. Com a mesma “vidência” com que antes se via e se dizia “isto é um círculo!”, quis-se depois dizer “isto é o Um!” (como depois de ter aprendido o francês o brasileiro dissesse com a mesma natural obviedade: “isso é um acento grave do francês!”).

9. Na falta de um recurso visual, o Um não matemático de outros filósofos caiu na obscuridade e no descrédito. Quando Heráclito fala de conflito, ele parte daquela mesma pergunta da diferenciação. Sua pergunta é a mesma, seu estranhamento é o mesmo, mas sua resposta é diferente. A diferenciação não é de partes somáveis, ou os limites entre formas idênticas, pois aquilo que se difere *opõe-se realmente*. A oposição permanece imanente ao plano das coisas, e a evidência da oposição entre as coisas não está para além dos sentidos. O conflito está entre os homens, entre os homens e os animais, entre os homens e a natureza, entre os homens e os deuses, entre os animais, entre os deuses, entre os deuses e os animais, entre os animais e as plantas, entre as plantas e os rios... Esse conflito que se desdobra é o Um de Heráclito, não por ser o Ser que exclui o não-ser — justamente porque entre o ser e o não-ser não há conflito —, mas por *tudo* o que se “videncia” se mostrar aos sentidos contrariando uma outra coisa que também força por se mostrar. O Um de Heráclito são as relações específicas de contrariedade entre as coisas. A evidência permanece no nível do que realmente se vê, sem analogias.

§20. Kant dizia que sobre a origem do homem, incluindo a atividade racional, não podíamos senão conjecturar. A conjectura se situa no limite entre a experiência e as ilusões da razão. O ponto a que levei a idéia do pensar como elaboração concreta parece estar justamente aí, nesse espaço conjectural. O que me escapa a todo instante é se, mesmo para a elaboração dessas idéias, pude em algum momento deixar de lado o princípio de identidade. E há também o perigo de descambar a reflexão para um simples exercício de psicologia instrumental. De todo modo, uma análise estritamente lógica ou abstrata do pensar ignora os papéis da memória e da escrita, por exemplo, na própria elaboração filosófica. Mesmo em Platão, a compreensão dos significados da reminiscência e do Um geralmente se situam em um nível por demais manualesco e afastado do texto platônico. É comum incluir Platão entre os defensores da “verdade por correspondência” e do “princípio de identidade”, o que está longe de ser óbvio, do mesmo modo que, na minha própria afirmação neste texto, não é claro se para Kant o princípio de identidade é evidente no mesmo sentido que para Descartes, por exemplo. Neste último caso, não tanto por um problema de interpretação dos textos destes filósofos, mas por carência de compreensão do que signifique “evidência”.

§21. Se com esses recortes de reflexão consegui despertar em alguém o interesse por essas questões e fiz delas merecedoras de atenção por parte dos estudiosos, dou-me por satisfeito. Peço desculpas pelas imprecisões e porventura por conclusões que possam ser apressadas, que admito deverem elas existir, embora eu mesmo ainda não as perceba claramente.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2002.

DESCARTES. *Meditações metafísicas*. Trad. Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Col. Os Pensadores).

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

PLATÃO. *Carta VII*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 1974.